

AFROS & AMAZÔNICOS



CONSOLIDAÇÃO DA PAZ *VERSUS* DISPUTA POLÍTICA EM ANGOLA: O ENTRELUGAR DO PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL QUE O INGLÊS CANSOU DE VER

Consolidation of peace versus political dispute in Angola: The between place of the national reconciliation process that the english are tired of seeing

*Felisberto Victor Chiumba Luciano**

Resumo: Após alcançar a independência em 1975, Angola viu-se mergulhada numa guerra civil de vinte e sete anos, marcada por violentos processos como o “27 de Maio de 1977” e os assassinatos pós-eleitorais de 1992, que deixaram “feridas abertas” na sociedade angolana. Com o fim da guerra, em 2002, o país tem trilhado um desafiador caminho de reconstrução e reconciliação nacional. Em 2019, o atual presidente angolano, João Lourenço, movido pelo que designou de imperativo político e cívico do Estado, criou a Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), com o objetivo de promover políticas de reparação e assegurar a paz espiritual da sociedade face aos episódios traumáticos do passado. O presente artigo buscou analisar se as ações da CIVICOP estão alinhadas aos seus nobres objetivos de reconciliação entre os angolanos. Contudo, a pesquisa revelou que a atuação da Comissão tem sido marcada por graves irregularidades, como a instrumentalização política e a interferência de órgãos de segurança controlados pelo partido no poder, o que compromete a eficácia do processo de reconciliação. A metodologia utilizada baseou-se na observação não estruturada e na revisão bibliográfica, evidenciando a necessidade de resgatar a credibilidade da CIVICOP para que esta cumpra efetivamente o seu papel na cura das feridas históricas de Angola.

Palavras-chave: Reconciliação nacional; Memória das vítimas; Políticas de reparação; Paz; CIVICOP.

Introdução

Entre 11 de novembro de 1975, data da proclamação da independência, e 4 de abril de 2002, quando foi alcançada a paz militar, Angola viveu um dos piores períodos da sua história. Depois de conquistar a independência de Portugal, o país viu-se mergulhado numa guerra civil que, durante vinte e sete longos e penosos anos, resultou na morte de milhões de angolanos, mu-

tilados e traumatizados, deixando “feridas abertas” no seio das comunidades. Destarte, tendo em consideração que a guerra civil angolana resultou em vários e violentos processos cujas memórias ainda demandam alguma sensibilidade na forma de as abordar, por esta razão, quer ao nível das estruturas do Estado angolano, quer no seio das comunidades, durante muito tempo optou-se pelo silenciamento destas memórias traumáticas. Assim, os anos foram passando e Angola teimava em não exorcizar os “demónios” da sua história recente. Angola estava acometida de “(...) uma espécie de amnésia colectiva, como se o país inteiro sofresse de stress pós-traumático e quisesse esquecer-se de uma parte significativa da sua História, com a qual não sabe lidar” (PEIXOTO, 2015, p. 183).

Com o fim da guerra civil, o Estado angolano definiu estrategicamente a reconstrução e reconciliação nacional como missão de primeira grandeza, no entanto,

* Felisberto Victor Chiumba Luciano, angolano, é Mestre em Ensino da História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla), Angola. É pós-graduado em Política de Género: Igualdade e Não Discriminação da Cátedra UNESCO- Educação e Ciência para o Desenvolvimento e Bem-Estar Humano (EDUWELL), da Universidade de Évora, Portugal, promovida pela Academia das Ciências de Lisboa, em 2023. Em 2019 frequentou com aproveitamento o Curso de Formação Avançada em Epistemologias do Sul, organizado pela Universidade de Sevilha, o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO). É Professor de História Contemporânea de África no Ensino Secundário.



estas tinham uma dimensão mais infraestrutural do que mental, ou psicológica, se quisermos. E transcorridos quarenta e sete anos após os assassinatos do 27 de maio de 1977 e vinte e sete anos depois da violência pós-eleitoral de 1992, que resultou na morte de milhares de indivíduos ovimbundo em várias partes do país, o fato é que o atual governo de Angola, legitimado nas eleições de 2017, deu início a um novo ciclo político que resultou numa nova abordagem relativamente aos passivos históricos do país, assumindo uma postura de maior abertura para lidar com o seu passado traumático, realizando, para o efeito, fundamentalmente em 2019, uma série de ações que podem efetivamente dar indícios de estar-se em presença da legitimação do direito à reparação de erros cometidos no passado (AGOSTINHO, 2021).

Foi neste sentido que, no dia 26 de abril de 2019, o atual presidente angolano, movido por aquilo que designou de imperativo político e cívico do Estado, com o fito de assegurar a paz espiritual da sociedade em face dos episódios do passado que podem minar a convivência nacional, perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos e estrangular o processo de reconciliação nacional ainda em curso, criou a Comissão Interministerial para Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), coordenada pelo então Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Queirós.

Em ato contínuo, autorizou, através do Despacho Presidencial nº 35/22, de 15 de fevereiro de 2022, a despesa e formalização da abertura do Concurso Público para construção do Memorial em homenagem às vítimas dos conflitos políticos, com a designação de “Aliança Eterna”, simbolizando um pedido de desculpas em memória das vítimas dos violentos processos ocorridos em Angola entre 1975 e 2002, permitindo assim a criação de um espaço de memória que possa constituir-se num alerta permanente às gerações presentes e futuras para impedir que os trágicos erros políticos do passado recente se repitam.

Por seu turno, Kamwenho¹ (2023), assumindo uma postura mais crítica em relação ao plano de reconciliação nacional em curso no país, no âmbito da CIVICOP, assevera que, em Angola, os discursos e narrativas habituais do partido no poder, no caso o MPLA, sobre a paz, justiça social e reconciliação não passam daquilo que designou de um “autêntico diálogo de surdos”, tendo-se confessado imunizado contra os lemas e slogans de Congressos dos partidos políticos que, ao longo de 46 anos de independência, não produziram resultados efetivos para a paz, progresso, justiça social e verdadeira reconciliação em Angola. Kamwenho chama atenção aos riscos de o MPLA continuar a tratar o país como se fosse seu “clubes privado”, prática que vai na contramão do lema que o partido adotou durante o seu VIII Congresso, realizado em 2021, cujo teor foi “Por uma Angola mais desenvolvida, democrática e inclusiva”. “Há muito que se reconhece a reconciliação como um elemento fundamental na construção de uma paz justa e duradoura” (MONTEIRO, 2004, p. 66).

No entanto, acrescentou que não existem fórmulas próprias e únicas para se alcançar a paz e a reconciliação, pois o significado que os indivíduos e grupos atribuem às experiências de violência e lidam com o impacto causado por elas está intrinsecamente relacionado com contextos sociais e culturais específicos. Embora haja conceitos que pretendem ser os únicos corretos e universalmente válidos, as experiências mostram que a reconciliação é um processo complexo, para o qual não existem soluções fáceis. Não existe uma solução pré-fabricada que possa simplesmente ser aplicada em qualquer parte. Portanto, dito de outra forma, a experiên-

1. Dom Zacarias Kamwenho é Arcebispo Emérito do Lubango e prémio Sakharov 2001, título que lhe foi atribuído no dia 18 de Outubro pelo Parlamento Europeu, sob proposta do Partido Popular Português (PPP) apoiado pelo Partido Socialista Português (PSP) pelo seu engajamento em prol da paz e reconciliação em Angola. O referido prémio foi partilhado com duas outras entidades, nomeadamente a deputada Nurit (Israel) e o Senhor Ghazzawi (Palestina).



cia de outros países que levaram a cabo processos que visavam a reconciliação nacional em contextos pós-bélicos, e cabe aqui citar exemplos como o da África do Sul, Ruanda e alguns países do Cone Sul, como Argentina, Uruguai, Venezuela, só para citar alguns, pode não funcionar em Angola.

No entanto, cumpre realçar que, à exemplo do que ocorreu na África do Sul com a constituição das Comissões de Verdade e Reconciliação, bem como com os tribunais comunitários Gacaca no Ruanda, foi a necessidade imperativa de reconciliação entre os angolanos que impeliu o governo a criar a CIVICOP para possibilitar a emergência e insurgência de um espaço onde as memórias traumáticas do passado que nunca passa pudessem ser tratadas livremente, sem quaisquer receios e tabus, com o fito de curar as “feridas” abertas durante a guerra civil. Assim, o presente artigo buscou verificar se efetivamente as ações que a CIVICOP têm vindo a realizar encontram-se alinhadas aos nobres objetivos que presidiram a sua criação.

Um olhar sobre o conturbado processo histórico-político angolano (1975-2002)

Conturbado! Esta é uma das poucas palavras da língua portuguesa que melhor define o processo histórico-político angolano que cobre o período que vai desde o alcance da independência, em 1975, até o fim da guerra civil em 2002. Assim, um momento de atenção sobre o referido processo torna evidente a visão de que, desde o período pré-colonial até ao pós-independente, há um aspecto comum a todas as fases ou períodos da História de Angola que acabou afetando toda sua trajetória de forma incontornável, constituindo-se no fator constante mais perdurável, mais influente e mais visível: a violência!

Correia (1996), destacando a omnipresença da violência nas distintas fases da História de Angola, afirma que o país registrou violência da repressão na fase da tomada de consciência nacionalista, violência da guerra anticolonial na fase da

luta de libertação nacional, violência das intervenções externas armadas na fase de transferência do poder da autoridade colonial para os angolanos, violência na fase da proclamação da independência e da construção da identidade nacional e violência nos vinte e sete anos posteriores ao alcance da independência política.

Destarte, importa frisar que, no limite, foram os violentos eventos perpetrados durante os vinte e sete anos de guerra civil que se viveu em Angola após a proclamação da independência política que deram conteúdo às memórias traumáticas com as quais o país se debate ainda hoje. E em relação às causas desta guerra, elas só podem ser entendidas mediante análise minuciosa do complexo *puzzle* geopolítico em que se processou a descolonização de Angola.

Do ponto de vista local, as rivalidades políticas entre a FNLA, o MPLA e a UNITA tornavam impossível qualquer solução pacífica. Na metrópole, pode-se evocar as divergências opondo os militares portugueses divididos entre os que, no seio do Movimento das Forças Armadas (MFA), defendiam o fim das guerras coloniais e a concessão da independência às colónias, e outros, que, como o general Spínola, desejavam o *status quo*. Na mesma ordem de ideia, pode-se igualmente assinalar os problemas de política interior em Portugal decorrentes do golpe de Estado do 25 de Abril. No plano internacional, necessário será evocar as rivalidades Este-Oeste. Por razões evidentes, trata-se de um ponto primordial, visto que a descolonização de Angola ocorre em pleno contexto da Guerra Fria. Estes fatores exógenos pesaram imenso sobre a evolução dos acontecimentos em Angola, ao encontrarem aí um terreno propício a partir de 1974 e sobretudo em 1975. (MBAH, 2010, p. 230).

Mediante uma análise objetiva aos fatores endógenos e exógenos, o número de intervenientes, os interesses em jogo e o contexto histórico-político internacional em que os processos de luta e proclamação da independência² de Ango-

2. A proclamação da independência de Angola constituiu-se no ponto mais alto do processo de lutas e resistências



la ocorreram, facilmente se pode concluir que o processo revolucionário começado em 1961 dificilmente terminaria num clima de paz. Apesar de toda violência sofrida, e ainda que os caminhos para a paz em Angola estivessem permeados de muitas incertezas, cheios de percalços, com “curvas” e “contracurvas”, encontros e desencontros, desentendimentos permanentes entre as forças nacionalistas, como se por uma fatalidade pré-determinada os angolanos estivessem fadados a viver perpetuamente em guerra, finalmente, em 2002, o bom senso falou mais alto e a paz chegou a Angola. Contudo, os caminhos para a paz passaram por várias rondas negociais que começaram muito antes da proclamação da sua independência, cujo objetivo foi colocar à mesa das negociações os principais intervenientes na luta anticolonial para que, através do diálogo franco e aberto, fossem construídos os pilares fundacionais da Angola independente.

Efetivamente, não cabe na economia desta reflexão uma descrição extensiva e exaustiva da cronologia e do itinerário seguido durante o processo negocial que visou a autonomia política e convivência

que caracterizou a relação entre os povos africanos de Angola em face das investidas colonialistas europeias, portuguesas em particular, desde os primeiros contactos estabelecidos no século XV, precisamente em 1482. Portanto, diferente do que erroneamente se propala, a colonização portuguesa em Angola não durou 500 anos, pois como diz a distinta investigadora Neto (2008, p. 176) “à data da independência, a maioria dos povos de Angola não tivera um século de domínio colonial, apesar de o início da conquista portuguesa de Angola remontar a quatrocentos anos atrás (Luanda, 1975)”. No entanto, a tragédia angolana, que resumiu-se na guerra civil que prosseguiu o seu curso sangrento em toda extensão do país, com intensidade variável em função da região, só veio a conhecer o seu fim quando Jonas Malheiro Savimbi, o líder da UNITA, morreu em combate a 22 de fevereiro de 2002, no Lucusse, na província do Moxico (região Leste do país), o que possibilitou a assinatura, a 4 de abril do mesmo ano, do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka. A assinatura deste documento, em Luena, capital da província do Moxico, pôs fim a um dos períodos mais mortíferos e destruidores da História de Angola, que ceifou milhares de vidas humanas e destruiu o tecido social e económico do país, relegando as suas populações à miséria e pobreza extremas. É desta violência fundadora que foram construídas as memórias dos processos históricos angolanos de 1975 a 2002.

pacífica entre os angolanos, mas importa dizer que o mesmo foi marcado por várias conversações em diferentes geografias, com destaque para Mombaça (1975), Nakuru (1975), Alvor (1975), Gbadolite (1989), Bicesse (1991), Lusaka (1994) e Luena (2002). Portanto, jamais será excessivo afirmar que, apesar das interferências externas, os atos de violência que acompanharam o conturbado período que iniciou com a proclamação da independência e culminou com o alcance da paz é diretamente imputável aos principais Movimentos de Libertação Nacional de Angola, que “embriagados” pelo poder colocaram sempre em primeiro lugar os seus interesses partidários (egoístas), em detrimento da pátria (coletividade), pois, conforme asseverou Muekalia:

“Faltou vontade política para definir a visão de um país inclusivo que se ergueria com o esforço de todos e para todos. Ao contrário, cultivou-se a mentalidade de exclusão e a psicologia de suspeição, num processo em que se perdia ou se ganhava tudo. Ninguém tinha, na altura, a noção da tragédia que nos esperava. (MUEKALIA, 2010, p. 33).

No entanto, a tragédia angolana, que resumiu-se na guerra civil que prosseguiu o seu curso sangrento em toda extensão do país, com intensidade variável em função da região, só veio a conhecer o seu fim quando Jonas Malheiro Savimbi, o líder da UNITA, morreu em combate a 22 de fevereiro de 2002, no Lucusse, na província do Moxico (região Leste do país), o que possibilitou a assinatura, a 4 de abril do mesmo ano, do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka. A assinatura deste documento, em Luena, capital da província do Moxico, pôs fim a um dos períodos mais mortíferos e destruidores da História de Angola, que ceifou milhares³ de vidas humanas e des-

3. Ao longo dos seus quase 30 anos, a guerra civil em Angola gerou cerca de um milhão de mortos, 200 mil mutilados e estropiados, mais de 50 mil crianças órfãs, cerca de 4,5 milhões de deslocados (aproximadamente 40 por cento da população activa) e mais de 600 mil refugiados, nomeadamente na Namíbia, na Zâmbia e na República Democrática do Congo (RAMOS, 2018, p. 720).



truiu o tecido social e económico do país, relegando as suas populações à miséria e pobreza extremas. É desta violência fundadora que foram construídas as memórias dos processos históricos angolanos de 1975 a 2002.

A violência geradora das memórias traumáticas de Angola

Se, por um lado, o contexto político-militar da Angola pós-independente foi profundamente marcado pelas rivalidades entre o governo de Angola (suportado pelo MPLA) e a UNITA, tendo resultado numa guerra civil que durou vinte e sete longos e sangrentos anos, cujo desfecho aconteceu em 2002, vale, porém, dar nota que, no interior do próprio MPLA, viveram-se algumas convulsões políticas, tais como a “Revolta do Leste”, a “Revolta Activa”, ambas no dealbar da independência, em 1976, e a “Tentativa de Golpe de Estado de 1977”. Com efeito, a seguir procurar-se-á refletir sobre este último evento, ou seja, a tristemente célebre movimentação “fraccionista” de Nito Alves e seus companheiros, apoiada pela URSS, que deu origem a uma primeira grande depuração “pró-Agostinho Neto” nas fileiras do MPLA, então partido-Estado, que resultou no assassinato de milhares de militantes e figuras de proa do partido dos Camaradas, que deixaram “fracturas” e cujas memórias traumáticas ainda suscitam dor e pesar no seio do MPLA e da sociedade angolana como um todo.

O “27 de Maio de 1977”

Não há a mais pálida dúvida de que um dos reflexos mais dramáticos da violência dos conflitos políticos angolanos ocorridos entre 1975 e 2002 foram seguramente os assassinatos do 27 de maio de 1977. Fazendo um pouco de história sobre este evento, vale referir que a «crise nitista» teve início quando Nito Alves, nas vestes de Ministro da Administração Interna do governo de Agostinho Neto, deslocou-se a Moscovo com o intuito de participar no XXV Congresso do PCUS (Partido Co-

munista da União Soviética) em março de 1976. E o fato de ele ter participado naquele conclave em representação do MPLA, deduz-se que Nito Alves era alguém em quem os soviéticos depositavam alguma confiança. Nito, explorando a oportunidade daquele certame para demonstrar o seu pró-sovietismo e granjear algum apoio, fez um estrondoso discurso que suscitou uma forte salva de palmas e permitiu-lhe encetar contactos com várias individualidades dos diferentes níveis da hierarquia política soviética.

Regressado a Angola, Nito Alves, com a força do cargo que ostentava, de Ministro da Administração Interna, dirigiu uma asfíxiante perseguição contra alguns elementos da Organização Comunista de Angola (OCA), de orientação maoísta e da «Revolta Activa», que tinham sido reabilitados e reintegrados no MPLA, mas que manifestavam uma forte oposição aos vínculos do MPLA ao Kremlin. Não ficando por aí, pouco depois, Nito Alves, objetivando confrontar as opções políticas de Agostinho Neto, destilou críticas abertas ao Governo do MPLA pelo fato de se terem afastado das teses soviéticas. Nito, em suas tessituras discursivas, criticou igualmente o fato de naquela altura haver um número excessivo de mestiços na direção do partido, sendo os principais visados os dois mais próximos colaboradores de Neto, Lúcio Lara, então Secretário-geral do MPLA, e Henrique Teles Carreira, ou simplesmente «lko» Carreira, Ministro da Defesa.

Depois da sua vitória, o MPLA entra num período de turbulência. O poder dos mestiços é cada vez mais contestado nos musseques de Luanda. Em 1977, uma tendência afro-nacionalista, encarnada pelo Ministro da Administração Interna, Nito Alves, tenta derrubar Agostinho Neto e pôr fim ao poder dos antigos assimilados no aparelho do Estado e à influência dos seus aliados cubanos. O golpe de Estado é acompanhado por uma insurreição popular, cuja repressão causa milhares de vítimas. (ENDERS, 1997, p. 122).

Cumprе destacar que, desde o seu regresso de Moscovo, Nito Alves desen-



volveu uma intensa agenda que reforçou a sua popularidade junto das bases do MPLA, bem como da população em geral e de grande parte do exército, com destaque à 9.^a Brigada, sendo por isso tomada como muito provável que a maioria o apoiasse. Destarte, o golpe de Estado teria lugar durante a III Plenária do Comité Central (C.C) do MPLA, que reuniu-se em Luanda entre os dias 23 e 29 de outubro de 1976, para proceder à formulação e clarificação da linha política do partido. Naquele certame, o órgão máximo do MPLA decidiu abrir um inquérito sobre atividades que visavam dividir o partido. Nito Alves e Zé Van-Dúnem foram formalmente acusados de “fraccionismo”, ou se quisermos, de tentativa de divisionismo no seio do MPLA, resultando na suspensão das suas funções partidárias e estatais.

Nos meses subsequentes, o conflito interno tornava-se cada vez mais aberto e declarado. E enquanto o líder do MPLA, Agostinho Neto, apelava à coesão da direção política do partido, condenando todo tipo de atividade separatista, Nito Alves engrossava o tom das suas críticas, destacando a permanência de desigualdades decorrentes da raça no seio do movimento.

Nito Alves propunha a criação de uma comissão de inquérito. Apesar do arrastamento das indagações por um longo período de tempo e a tardia apresentação das suas conclusões sobre o fraccionismo, o que ajudava ao aprofundamento do divisionismo no seio do movimento, a comissão de inquérito apresentava o seu relatório na V Sessão Plenária do Comité Central, reunida de 20 a 21 de maio de 1977, em Luanda. Depois de apreciado o relatório, o Comité Central concluía pela existência «de facto» de uma actividade «fraccionista» e debruçava-se profundamente sobre os seus reflexos no seio do movimento. (RAMOS, 2018, p. 315).

E enquanto Nito Alves se empenhava em procurar esclarecer que o seu propósito era denunciar, desmascarar e combater energicamente a natureza reaccionária da aliança da direita e dos maoístas nas estruturas do MPLA, o C.C, coerente com a sua linha dura, decidia a expulsão de Nito

e de Zé Van-Dúnem daquele órgão decisivo do movimento. Acto contínuo, ainda no mesmo dia, numa Assembleia magna de militantes que teve lugar no pavilhão gimnodesportivo da Cidadela, na capital do país, Agostinho Neto dava a conhecer publicamente a expulsão dos “nitistas” e declarava o seu inquebrantável empenho pessoal em dar um combate sem tréguas contra todos os “fraccionistas”.

No entanto, Moscovo começava a nutrir uma certa apreensão em relação ao curso que a situação política interna do MPLA ia tomando, tendo manifestado algumas reticências em relação a Neto, pois este politicamente começava a demarcar-se da linha ideológica marxista-leninista, dando fortes indícios, na óptica dos soviéticos, de uma possível aproximação de Neto ao Ocidente e que tão logo viesse a consolidar o seu poder, podia eventualmente celebrar um pacto com a UNITA, aliada histórica dos EUA. Além disso, os soviéticos passaram a olhar para Nito Alves como quem melhor representava os seus interesses em Angola, e que pelo seu carisma e impetuosidade seria um bom con-corrente a Jonas Malheiro Savimbi. Daí lhe ter sido reservado os privilégios de chefe do partido, ao ponto de colocar o seu retrato na galeria dos chefes revolucionários “amigos” do Kremlin, em vez de Agostinho Neto.

Prosseguindo os seus intentos, no dia 27 de maio, Nito Alves, Zé Van-Dúnem e seus seguidores meteram em marcha um plano que, apesar de ter tido Nito à cabeça, a sua concepção deveu-se à companhia de Zé Van-Dúnem, Sita Maria Dias Van-Dúnem “Sita Valles”⁴, militante do Partido Comunista Português (PCP). O referido plano consistia em sair à rua em

4. Uma angolana de origem goesa/portuguesa com estreitas ligações ao PCP, do qual era militante, responsável da União dos Estudantes Comunistas e que também desejava um aprofundamento da relação com o MPLA e o PCUS. A ideia era instigar um golpe militar para radicalizar mais o Governo e torna-lo, dessa forma, incondicionalmente subordinado a Moscovo (RAMOS, 2018, p. 318).



direção ao palácio presidencial, para pressionar o presidente Agostinho Neto a pôr fim ao rumo ideológico que o MPLA estava tomando e forçar um rápido retorno à linha marxista-leninista ortodoxa ao invés da maoísta que se estava a seguir. Ao mesmo tempo, e numa ação concertada, um grupo de “nitistas”, com veículos blindados da 9.^a Brigada, arrombaram as portas da prisão de São Paulo e libertaram centenas de homens. Pouco depois, a emissora estatal, Rádio Nacional de Angola, era tomada pelos golpistas, mas rapidamente os cubanos retomaram o seu controle e devolveram-no ao governo.

No dia seguinte à instalação da crise em Luanda, num claro exemplo dos actos de extrema barbaridade que acompanharam a intentona de maio de 1977, foram achados no interior de vários veículos os corpos carbonizados de dirigentes do MPLA, todos eles membros do Comité Central do partido, que tinham sido dados como desaparecidos, nomeadamente, Eugénio Veríssimo da Costa (Nzagi), Paulo da Silva Mungungu (Dangereux), o Major Saydi Vieira Dias Mingas, então Ministro das Finanças, e os Comandantes Eurico Manuel Correia Gonçalves e José Manuel Paiva (Bala), tendo sido os dois últimos, membros do Estado Maior-General das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), braço armado do MPLA e do Conselho da Revolução (MARQUES, 2012).

Esses assassinatos constituíram-se na “gota de água” que fez jorrar o “copo da ira” de Neto contra os “fraccionistas”. Foi assim que, na sua terceira comunicação ao partido e ao país, no contexto da reação à “sublevação nitista”, o líder do MPLA asseverou que daí em diante já não se perderiam mais tempo com julgamentos, mas seria realizada uma justiça rápida conforme a lei revolucionária. Como resultado desta comunicação de Neto, começaram em Luanda e em quase todas as capitais provinciais uma autêntica “caça às bruxas”, sendo que não foram poupadas crianças, nem mulheres nas matanças que se segui-

ram. “Embora não exista um levantamento oficial sobre o número de mortos na repressão ao 27 de maio, as estimativas são assustadoras, variando entre 20 mil a 80 mil mortos” (MARQUES, 2012, p. 87).

Quando o golpe fracassou, Nito Alves, temendo pela sua segurança, refugiou-se na Embaixada da URSS, em Luanda. No entanto, Cuba solicitou a sua entrega e concomitantemente devolveu-o a Agostinho Neto, que reservou a Nito e seus companheiros uma morte cruel. Fala-se das circunstâncias horríveis em que morreu Sita Valles, que, de acordo com um artigo de opinião intitulado “Para além da morte trágica de Sita Valles”, da autoria do jornalista português José Manuel Fernandes, publicado no *Jornal O Público*⁵, na edição de 10 de setembro de 2010, ela foi torturada, violada e executada com vários tiros destinados a provocar sofrimento antes de sucumbir. Segundo testemunhos, avança o referido jornalista, Sita portou-se de forma corajosa e enfrentou os torcionários.

Como era de se esperar, o apoio de Cuba ao MPLA afetou gravemente a relação entre os dois Estados, e de acordo com Guedes (2004, p. 114), “o Primeiro-Secretário da Embaixada soviética em Luanda reputadamente suicidou-se quando os cubanos decidiram apoiar Agostinho Neto. A tensão nas relações bilaterais manteve-se durante algum tempo”.

Depois dos fatos aqui arrolados, não será decerto necessário detalhar com muito mais minúcia que o 27 de maio de 1977 representa um dos episódios marcadamente mais traumáticos na história contemporânea de Angola. Este trágico evento evoca as falhas tectónicas das frágeis fundações e das fortes contradições internas do MPLA. Serviu de pretexto ao tipo de poder que veio a ser edificado e exercido sobre a sociedade angolana, e ajuda a compreender como, a partir daquele trágico ano, se encerraram as mentes dos angolanos em

5. Disponível em: <https://www.publico.pt>, consultado: 5 de Dezembro de 2023.



pesadas e disciplinantes cortinas de medo e silêncio (RAMOS, 2018).

Malgrado terem passado 47 anos, o fato é que poucos angolanos se esqueceram da onda de matança massiva que assolou Luanda depois de Nito Alves e seus companheiros terem tentado assumir o poder pela força naquele trágico ano (MAIER, 1996). Hoje, com a abertura política que o país vai registrando, abre-se a possibilidade de um fértil debate que possa trazer luz às “zonas cinzentas” que ainda fazem sombra sobre as narrativas que se vão desenvolvendo à volta do 27 de maio. E muito disso deve-se ao fato de aquele evento ter sido colocado durante décadas nas “masmorras” do silêncio institucionalizado em Angola. No entanto, a morte do presidente José Eduardo dos Santos, o “afinador de silêncios”, em 2022, foi um grande golpe ao resgate das memórias daquele evento, pois foi justamente a ele que, em 1976, foi dada a responsabilidade de investigar o “fraccionismo” por meio da Comissão de Inquérito constituída para o efeito.

Infelizmente, nunca chegou-se a divulgar ou revelar, publicamente, os resultados do trabalho feito pela aludida Comissão, pois dos Santos remeteu-se de tal modo ao silêncio que nem mesmo quando esteve às portas da tumba soltou o verbo. Em virtude do interesse que este assunto suscita para as gerações mais jovens, não é de estranhar as tentativas pouco sérias e nada rigorosas, do ponto de vista historiográfico, que vão emergindo no espaço académico angolano, que objetivam escrever sobre os temas mais sensíveis da História recente de Angola, tomando como fonte o espírito do falecido presidente dos Santos, entretanto acedido por via da psicografia.

Assim, antes que mais “bibliotecas vivas se queimem”, é fundamental que se lute contra toda política de esquecimento, abrindo-se os arquivos, desclassificando-se alguns documentos top secret e quebrando-se os silêncios instalados e institucionalizados à volta de muitos assuntos que fazem a pauta dos principais debates

sobre temas sensíveis da História recente de Angola, tal como o 27 de maio de 1977, já que muitos dos seus intervenientes diretos são ainda “uns aí”. Um outro evento traumático que está na base da atual demanda memorialística angolana e que merece aqui referência é a violência que seguiu-se às eleições gerais de 1992, que, na óptica de Guebe (2019, p. 138), “(...) representou, igualmente, o momento mais dramático da história de Angola”.

A violência pós-eleitoral de 1992

Como resultado dos bons entendimentos alcançados com as assinaturas dos Acordos de Bicesse em maio de 1991, criaram-se condições para que Angola fosse às urnas em setembro do ano seguinte, naquelas que foram as primeiras eleições multipartidárias do país. No entanto, contrariando as expectativas depositadas pelos angolanos naquele processo, no *day after* do pleito eleitoral de 1992, Angola viu-se novamente mergulhada num “mar de sangue” que vitimou milhares de angolanos, quer nas zonas controladas pelo governo como naquelas que estavam sob domínio da UNITA. E como consequência, para os angolanos, as eleições que tinham como mote introduzir no país um sistema político plural e conduzi-lo ao viés da economia de mercado, infelizmente, tal como veremos a seguir, estas conduziram-no a mais um ciclo de violência que adiou o seu desenvolvimento e a tão almejada paz entre irmãos e filhos da mesma pátria.

Efetivamente, tal foi a amplitude da violência que se seguiu ao pleito eleitoral de 1992 que os seus efeitos dramáticos atingiram todas as regiões do país, com principal incidência em algumas capitais provinciais onde centenas de milhares de indivíduos perderam a vida, tendo muitos destes sido mortos devido às conotações de natureza étnico-partidárias. Em bom rigor, o massacre começou a 31 de outubro de 1992, em Luanda.

Em 31 de outubro de 1992, quando a UNITA controlava já mais de setenta municípios e ocupava posições militares em



oito das dezoito províncias, rebentam os confrontos de Luanda. O governo compensa a inferioridade militar, recorrendo à arma que já em 1975 tinha salvo o MPLA, a defesa popular. Só que a defesa popular é de difícil controlo e por isso mesmo cruel e vingativa. O ódio contra a UNITA, pela arrogância e a violência verbal dos seus dirigentes, pelos permanentes incidentes armados, pela sabotagem da esperança de paz e da primeira experiência eleitoral, tornara-se irreprimível. (CORREIA, 1996, p. 39).

Vale dar nota que, perdida a batalha da capital do país, as forças político-militares da UNITA tentaram deixar Luanda no primeiro dia do mês de novembro, com o intuito de chegar a Caxito, no Bengo, em colunas armadas. A viatura que escoltava os dirigentes foi interceptada logo à saída da cidade, e no combate travado morreram Jeremias Chitunda, na altura vice-presidente da UNITA, Adolosi Mango Paulo Alicerces, Secretário-geral da UNITA e Chefe da delegação da UNITA para as conversações com o Governo, bem como Elias Salupeto Pena. Em apenas três dias, foram assassinados com requinte de violência milhares de apoiantes e dirigentes da UNITA e da FNLA, sendo a grande maioria destes pertencentes aos grupos étnicos Ovimbundo e Bakongo. Aliás, como já foi dito, a etnização política, ou seja, a conotação ou associação de um indivíduo a um determinado partido político em função da sua origem étnica, rendeu em Angola muitas vítimas mortais no período que se seguiu às eleições de 1992.

No entanto, é interessante perceber que a dimensão étnica dos assassinatos decorrentes das eleições de 1992, em Angola, é um tema que ainda hoje divide a opinião de muitos estudiosos, abrindo-se espaços para verdadeiras “guerras de narrativas” onde, via de regra, as posições tomadas, essencialmente normativas e marcadamente subjetivas, dependem mais da simpatia ou antipatia do indivíduo em relação ao MPLA ou à UNITA, silenciando as vozes contrárias às duas posições. Um dos exemplos flagrantes desta guerra de narrativas relacionadas à dimensão étni-

ca da violência que seguiu-se às eleições de 1992 pode ser aferido nas palavras de Correia, que declarou:

Para desviar as atenções da recusa dos resultados eleitorais, a UNITA foca-as numa pseudo campanha de genocídio étnico do MPLA contra os ovimbundo (...). Aproveitava oportunisticamente a questão das ‘limpezas étnicas’, muito sensível com a assiduidade de imagens da ex-Jugoslávia, mas que, vinda de Savimbi, tinha todo o condimento de uma grosseira hipocrisia, pois era ele quem sujeitava então os ovimbundo do planalto aos impiedosos cercos no Huambo e no Cuito, onde, reduzidos à mais desumana miséria, morriam aos milhares, e donde, quando podiam, fugiam para os campos de refugiados protegidos pelo governo. (CORREIA, 1996, p. 41).

Portanto, ocorre que a UNITA sempre acusou o governo do MPLA de uma possível limpeza étnica no contexto pós-eleitoral de 1992, mas esta mesma leitura também tem sido feita por indivíduos que aparentemente sejam verdadeiros *outsiders* em matérias político-partidárias, assumindo, desde logo, posições mais objetivas, sem laivos de militância intelectual ao serviço de agendas que não coincidem com a verdade material dos fatos ocorridos naquele contexto. Aliás, um desses estudiosos é Ramos, que sobre o assunto asseverou:

Entre 22 e 24 de janeiro de 1993, nas zonas residenciais segregadas da capital angolana – Palanca, Mobor, Petrangol, Rocha Pinto e Roque Santeiro –, dava-se uma limpeza étnica, dirigida contra angolanos de origem étnica bakongo, oriundos das províncias do Uíge e Zaire, a pretexto de que o Zaire ajudava as forças da UNITA e que estava em preparação uma incursão das suas tropas, provenientes do Huambo e do Soyo, para assassinar o Presidente José Eduardo dos Santos. Este acontecimento ficou amplamente conhecido como ‘Sexta-feira Sangrenta’, saldando-se em vários cidadãos bakongo mortos e outros detidos. (RAMOS, 2018, p. 615).

Tal como refere Gagnebin (2006), lutar contra o esquecimento e a denegação é uma tarefa altamente política, mas também ética, constituindo-se igualmente numa luta contra a repetição do horror.



Assim, vale reforçar que, ainda que não houvesse qualquer historiador de profissão que afirmasse a existência de motivações étnicas nos assassinatos de 1992, não tornaria inverídica a opinião de muitos indivíduos que dizem terem perdido familiares naquele trágico ano em razão da sua pertença étnica. Esta pesquisa deu lugar de fala à dona Massanga⁶, natural do Bié, que em 1993 vivia no município do Tômbwa, província do Namibe, que diz ter visto seu marido e vários vizinhos conterrâneos, civis e indefesos, serem forçadamente retirados de casa e posteriormente mortos, devido à sua pertença ao grupo étnico ovimbundo. Portanto, como disse Ricouer (2014, p. 507), “não é mais dos historiadores que depende o sentido presumido da história, mas do cidadão que dá uma sequência aos acontecimentos do passa-

6. Este é o nome fictício de uma senhora, viúva, que perdeu o marido em decorrência dos assassinatos pós-eleitorais de 1992, no município do Tômbwa. Seu marido era um funcionário do Estado, chegou àquele município no ano 1988, tendo saído da sua terra natal, Bié, devido a guerra civil. Segundo a senhora Massanga, seu marido foi retirado de casa, no bairro Gika (ou Rua Nova), na manhã do dia 5 de Janeiro de 1993 (dia do aniversário da sua quarta filha), por efetivos da Polícia Nacional e das F.A.A, que apresentavam-se fortemente armados. Ele foi posto, juntamente com outros indivíduos ovimbundo num contendor fechado, que ficava no pátio do Comando Municipal da Polícia Nacional, onde acabaram por morrer sufocados. Dona Massanga fala também de um vizinho identificado como Feliciano, natural de Caconda, oficial da Polícia, que não tendo sido colocado no contendor, foi morto com requinte de violência e barbaridade, tendo sido baleado bem no meio da testa, o seu rosto foi completamente desfigurado, seu corpo lançado ao deserto e quase devorado pelos abutres. Portanto, não foram as ditas brigadas populares que efectuaram os assassinatos dos ovimbundo no Tômbwa, foram efectivos dos órgãos de defesa e segurança, à mando do partido-Estado suportado pelo MPLA. Segundo relatos da senhora, seu marido, à dado momento gritou por socorro, mas um dos policiais respondeu-lhe: “passavas a vida a salvar os outros, agora salve-se à si mesmo”. As vítimas foram depois enterradas numa vala comum, ainda não identificadas pelas famílias. Só o Governo sabe. Até hoje, os familiares das vítimas do trágico dia 5 de Janeiro de 1993 clamam pela restituição das ossadas dos seus ente queridos para dar-lhes um enterro condigno e assim encerrar o longo luto que vivem à exactos 31 anos. (Disponível em: LUCIANO, Felisberto Víctor Chiumba. *As memórias traumáticas dos conflitos políticos angolanos e os desafios do ensino e pesquisa da História de Angola do tempo presente: Um estudo de caso nos ISCED*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla-ISCED-Huíla/Angola]. Repositório do ISCED-Huíla, 2023.

do”. Aliás, o mesmo autor adianta ainda que, “permanece para o historiador de profissão, alguém desse horizonte de fuga, a inquietante estranheza da história, a interminável competição entre o voto de fidelidade da memória e a busca da verdade em história” (RICOEUR, 2014, p. 507).

Voltando aos assassinatos por motivações étnico-partidárias no município do Tômbwa, na província do Namibe, além do esposo da senhora Massanga, centenas de indivíduos do grupo ovimbundo, todos eles civis, foram brutalmente mortos naquele dia, por suposta filiação à UNITA, apesar de, em razão da sua condição, do ponto de vista militar, não representarem qualquer perigo ao poder instituído naquela circunscrição territorial. Foram os casos dos cidadãos Pedro Tchindjamba, então Delegado Municipal das Finanças, e seu adjunto, o senhor Santos; Daniel Ngu-lawa, empresário ligado ao agronegócio, com empreendimentos na comuna do Pinda; Marcolino Luciano, enfermeiro; Pedro Caheque, funcionário da Identificação; os senhores Verdete, funcionário do Ministério das Pescas, Albino Tchingalule, Professor, Pedro Mosso, então Diretor da Escola do II e III Níveis “Fidel Castro”; Justino, funcionário da Capitania, Feliciano, oficial da Polícia Nacional, e muitos outros. Com exceção do senhor Santos, natural de Malanje, todas as vítimas citadas eram de origem ovimbundo (RICOEUR, 2014, p. 507).

No entanto, em boa verdade, vale frisar que, depois de tudo que deixou-se dito até aqui, qualquer tentativa de negação da dimensão étnica nos assassinatos que ocorreram um pouco por todo o país como resultado da violência que seguiu-se ao período eleitoral de 1992, particularmente em Luanda e no município do Tômbwa, província do Namibe, pode revelar-se contraproducente e inócua ao bom entendimento sobre os graves contornos que a questão étnica assumiu naquele pleito eleitoral, pois nas localidades já citadas os assassinatos foram premeditados, meticulosamente orquestrados, malgrado não saber-se até hoje de onde terá vindo a ordem



de comando, mas o que é fato é que, salvo raras exceções, as vítimas tiveram essencialmente como substrato identitário a sua pertença ou origem étnica, sempre associada à UNITA.

À bem da verdade, cumpre igualmente referir que, em Angola, principalmente nas zonas controladas pelo Estado, se por um lado a violência pós-eleitoral de 1992 foi protagonizada pelas Forças de Defesa e Segurança do Estado (FDSE), uma outra faceta desta violência teve como ente promotor e executor a UNITA, igualmente nas zonas sob seu domínio. Paradoxalmente, foi justamente nas províncias do Huambo e Bié, onde Savimbi e a UNITA obtiveram uma esmagadora vitória naquelas eleições, onde foi mais sentida a violenta fúria que o partido do “Galo Negro” fez cair sobre o povo indefeso, pela imposição de um apertado cerco, acompanhado de sequestros, assassinatos e outras formas de violação dos mais elementares direitos humanos, fundamentalmente dos militantes, amigos e simpatizantes do MPLA. O sofrimento da população do Huambo culminou apenas quando as forças governamentais expulsaram a UNITA e colocaram termo ao cerco, pois segundo afirmações de Ramos:

A UNITA, no entanto, ia ganhando vantagens no campo de batalha. Em janeiro de 1993 intensificava a sua campanha militar e procurava cortar as fontes de divisas do Governo. A 10 de janeiro, dava-se o inevitável: a generalização do conflito dentro da cidade do Huambo, com as forças governamentais e a Polícia antimotim a atacarem posições contrárias, com o intuito de reporem a lei e a ordem, conquistando alguns pontos ocupados pela UNITA. Inclusive a ‘Casa Branca’, a residência então oficial de Jonas Savimbi, era bombardeada. (RAMOS, 2018, p. 611).

Portanto, ficou assim demonstrado que, no caso de Angola, a transição à democracia foi um processo acompanhado por acontecimentos trágicos que até hoje suscitam memórias traumáticas; estas que até alguns anos atrás eram obliteradas por razões meramente políticas. E esta política de silenciamento que o Estado angolano durante muito tempo adotou em relação,

por exemplo, às memórias das vítimas do “27 de maio de 1977” e das centenas⁷ de indivíduos das etnias Ovimbundo e Bakongo, mortos no *day after* das primeiras eleições multipartidárias de 1992, começou a ser abandonada logo após a ascensão do atual presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, tal como veremos no tópico a seguir.

O carácter instrumental da Comissão para Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos e o processo de reconciliação de faz-de-conta

Com o calar das armas, em 2002, Angola conquistou a paz militar, e desde então, o país tem feito um desafiador caminho de reconstrução pós-conflito, tendo começado pelo reassentamento das populações deslocadas, repatriamento dos refugiados, desminagem de antigas zonas de combate, reabilitação e construção de raiz da malha rodoviária e ferroviária, de pontes, indústrias, hospitais, escolas e outras infraestruturas económicas e sociais com o fito de melhorar as condições de vida das populações e “apagar” as imagens visíveis do passado traumático de guerra civil. No entanto, se por um lado há um inequívoco esforço continuado de edificar um novo país, porém, as políticas de reconstrução pós-bélica do Governo angolano, eufemisticamente designadas “políticas de betão”, inicialmente priorizaram a dimensão física e infraestrutural do país, em detrimento da psicológica e espiritual do tecido humano angolano.

Com alguma atenção, percebe-se que, até seis anos atrás, vigorava em Angola o que se pode designar de omissão trágica estatal em relação às memórias traumáticas dos conflitos políticos ocorridos entre 1975 e 2002, com destaque o

7. Até hoje, não se consegue precisar o número exacto de indivíduos assassinados durante aquele período, sendo que, a dificuldade em determinar-se a quantidade de vítimas fica ainda mais agravada porque, transcorridos mais de trinta anos após aqueles eventos, nunca houve um pronunciamento oficial das autoridades governamentais angolanas sobre o assunto.



“27 de maio de 1977” e a violência pós-eleitoral de 1992. Não havia em Angola uma política clara de gestão das memórias sensíveis da História recente do país. No entanto, se até 2017 o silêncio estatal à volta das memórias dos conflitos políticos angolanos era ensurdecidamente ruidoso e antes daquele ano o Estado angolano nunca tinha assumido oficial e publicamente o ónus da sua responsabilidade enquanto “progenitor” da violência fecundadora que gerou muitas das memórias traumáticas cujas cicatrizes neurais ainda hoje perturbam a consciência histórica angolana, a situação registou um volte-face quando, no ano já aludido, João Lourenço foi eleito presidente da República.

E visto que no ato da sua investidura como Chefe de Estado, este assumiu-se como um verdadeiro reformador, o país registou alguma abertura política que permitiu que eventos traumáticos como os assassinatos do “27 de maio de 1977” e os que resultaram da violência pós-eleitoral de 1992, que até então eram tidos como tabu e a sua análise restrita a espaços fechados, as suas discussões passassem a ter desdobramentos mais amplos e atingir diferentes segmentos sociais.

Desde então, o país começou a viver o que Vecchi (2018 apud RIBEIRO, 2020, p. 76) chama de um “tempo de trânsito”, pois o atual presidente, movido por aquilo que designou de imperativo político e cívico do Estado, com o fito de assegurar a paz espiritual da sociedade face a episódios do passado que podem minar a convivência nacional, perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos no presente, bem como comprometer o processo de reconciliação nacional em curso no país, no dia 26 de abril de 2019 criou por Despacho Presidencial a CIVICOP com o fito de executar o plano de reconciliação em memória das vítimas dos conflitos angolanos ocorridos, como já se disse, entre 1975 e 2002.

Ainda no quadro da sua política de reconciliação nacional, João Lourenço não

ficou por este ato formal, foi o primeiro estadista angolano a quebrar o longo silêncio e proferir um pedido de desculpa público, mais de quarenta anos após os assassinatos do “27 de maio de 1977”. Numa mensagem dirigida à Nação, no dia 26 de maio de 2021, justamente às vésperas da celebração da data em que milhares de angolanos em todo país, inclusive inocentes, foram mortos devido a uma tentativa frustrada de golpe de Estado que teve a cabeça Nito Alves, o presidente angolano disse que a hora não era de se apontar o dedo e procurar culpados, mas que importava sim que cada um assumisse as suas responsabilidades na parte que lhe cabe. Segundo escreveu o jornalista do *Jornal de Angola Online*⁸, Xavier António, na ocasião, João Lourenço, dirigindo-se aos angolanos declarou:

Vimos juntos das vítimas dos conflitos e dos angolanos no geral pedir humildemente em nome do Estado angolano, as nossas desculpas públicas e o perdão pelo grande mal que foram as execuções sumárias naquela altura e naquelas circunstâncias. O nosso pedido de desculpas e de perdão não se resume em simples palavras. Ele reflete o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo por falta de informação sobre o destino dado aos seus entes queridos” (ANTÓNIO, 2021, s/p).

Sendo certo que as memórias traumáticas algumas vezes são instrumentalizadas para fins políticos, visto serem estas terreno fértil para a eclosão das “guerras de narrativas” sobre os eventos sensíveis de um determinado país, visando colocar a História ao serviço de quem detém ou almeja o exercício do poder político, o presidente angolano, fazendo jus ao postulado de Ricouer (2014, p. 507), segundo o qual “(...) a prosa política começa onde termina a vingança, sob pena de a história permanecer enclausurada na mortal alternância entre o ódio eterno e a memória esquecida”, na oportunidade da sua mensagem à

8. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao>. Acesso em: 20 Out. 2023.



Nação, encorajou outros atores que participaram nos conflitos políticos angolanos a terem o mesmo procedimento. De acordo com o artigo do jornalista Manuel Luamba, publicado na página principal da *Deutsche Welle*⁹, João Lourenço asseverou:

Este povo heróico e generoso que já deu provas de saber perdoar merece ouvir igualmente de quem tem a responsabilidade de o fazer, um pedido público de desculpas e de perdão pelas almas de Tito Chingunji, de Wilson dos Santos e respetivas famílias, das valentes mulheres das figuras da Jamba, dos passageiros do comboio do Zenza do Itombe, dos mártires da cidade do Cuito-Bié, do Humambo e de outros não citados aqui. (LUAMBA, 2021, s/p).

Efetivamente, não é necessário fazer-se acrobacias intelectuais para perceber que as palavras de João Lourenço foram dirigidas diretamente ao partido UNITA, este que, tal como dissemos anteriormente, é um outro principal interveniente nos processos político-militares mais sensíveis e dramáticos da História recente de Angola. No entanto, em reação ao recado do presidente angolano e líder máximo do MPLA, Eugénio Manuvakola, figura histórica da UNITA, disse não ser da competência do Presidente da República falar sobre os passivos do seu partido. Contudo, classificou a declaração de João Lourenço de “soberana e sublime”, tendo lembrado que há outras vítimas que devem ser incluídas no processo levado a cabo no âmbito da CIVICOP.

É verdade que, em Angola, nos últimos cinco anos, o tom das reivindicações memorialísticas que visam pressionar a UNITA a quebrar o silêncio e pronunciar-se publicamente em relação às atrocidades cometidas durante a guerra civil angolana têm aumentado substancialmente. E estas não se confinam às organizações político-partidárias, tais reivindicações têm surgido igualmente dos mais variados sectores da sociedade civil. Foi neste sentido que, em 2019, a advogada e atualmente

9. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 3 Out. 2023.

deputada à Assembleia Nacional, Florbela Catarina Malaquias, publicou um livro intitulado *Heroínas da Dignidade I – Memórias de Guerra*, onde faz uma distinta homenagem às mulheres sofridas da Jamba, antigo bastião da UNITA durante a guerra civil angolana.

De acordo com informações veiculadas pelo site de notícias *Club-K*¹⁰ (2019), no ato de apresentação pública da referida obra, a autora sublinhou que o livro é um testemunho escrito, alinhado para a reconstrução de memórias históricas, trazendo ao de cima a verdade, buscando a reparação coletiva e individual e augurando a garantia da sua não repetição. Segundo Bela Malaquias, a memória histórica cumpre um papel preponderante na reparação de danos pessoais e coletivos, pois o conhecimento do sucedido restabelece os direitos fundamentais, além da sua outra dimensão de um espaço propício para a realização de luto, uma oportunidade para restabelecer os vínculos sociais e um horizonte para a reconstrução daquilo que foi perdido (*Club-K*, 2019)¹¹.

Vale dar nota que, diferente do que ocorreu em outros países africanos que viveram igualmente eventos de extrema

10. Disponível em: <https://www.club-k.net>. Acesso em: 17 Out. 2023.

11. Uma delegação da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP) localizou, no dia 3 de Agosto de 2023, na Jamba, antigo bastião de Jonas Savimbi, duas valas comuns com restos mortais de membros da UNITA. A delegação foi encabeçada pelo coordenador da subcomissão de Segurança, Logística e Infra-estruturas da CIVICOP, Fernando Garcia Miala, e integrou técnicos do subgrupo médico forense, localização e inumação e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP). De acordo com o coordenador da CAVICOP, Israel Nambi, a actividade é sequência de outras já realizadas noutras localidades, a pedido das famílias, para localizar as ossadas dos seus parentes mortos naquela localidade, e insere-se no processo de reconciliação nacional. Para o subgrupo médico forense, será um trabalho com um certo grau de sensibilidade, tendo em conta o fato de a maior parte dos corpos ter sido carbonizado em fogueiras. *Jornal de Angola*. (2023. 4 de Agosto). Identificadas duas valas comuns na Jamba com restos mortais. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao>. Acesso em: 20 Out. 2023.



violência, e diga-se *en passant*, violência institucionalizada, como foi o caso do Ruanda, onde foram constituídos os tribunais comunitários designados Gacaca¹², e a África do Sul, que criou em 1995 a Comissão de Verdade e Reconciliação, pela Lei de Promoção da Unidade de Reconciliação Nacional, e teve como objetivo principal investigar e registar os casos mais graves de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1960 e 1994, em Angola, o processo de reconstrução e reconciliação nacional não tem contemplado esta dimensão da justiça restaurativa.

Importa sublinhar que, nos dois casos, a comunidade desempenhou um papel ativo no processo de aproximação e reconciliação entre as vítimas, ou seus familiares, e os protagonistas dos atos de violência. Ao contrário, em Angola, em nosso humilde entender, uma das principais fraquezas das políticas de reconciliação nacional que têm vindo a ser levadas a cabo no âmbito do programa coordenado pela CIVICOP, consubstanciado essencialmente na exumação de restos mortais dos principais sujeitos e figuras dos processos políticos ocorridos em Angola entre 1975 e 2002, bem como na realização de cerimónias fúnebres oficiais e entrega de certidões de óbito aos familiares, reside no seu carácter elitista e extremamente politizado.

Destarte, seria interessante questionar, por que razão, nos últimos dias, a CIVICOP desviou-se dos nobres objetivos que estiveram na base da sua criação? A resposta a essa pergunta pode ser inferida da situação política e social prevalecente no país. Ocorre que, quando o presidente João Lourenço ascendeu à presidência da República, criou-se muitas expectativas

em relação às mudanças que passou a introduzir no país, desde logo, o combate à corrupção, ao nepotismo, desvio do erário público e de outros males que ainda hoje atrasam o desenvolvimento económico do país, em relação aos quais há muito os angolanos ansiavam ver eliminados. No entanto, desde finais do terceiro ano do seu primeiro mandato, a situação económica e social do país foi se agravando, resultando na diminuição da popularidade e base de apoio ao MPLA e ao presidente João Lourenço.

Em resposta, e num momento em que o país político tinha as atenções altamente viradas para o processo de preparação das eleições gerais de 2022, numa clara estratégia de distração política e tentativa de criação de um clima de otimismo social que estimulasse uma participação massiva ao pleito eleitoral e que influenciasse o sentido ou tendência do voto ao partido da “reconciliação”, a Televisão Pública de Angola (TPA) passou a apresentar uma série de reportagens sobre os trabalhos da CIVICOP, tendo sido apresentado numa delas a cerimónia de entrega das ossadas de Alves Bernardo Baptista “Nito Alves”, Jacob João Caetano “Monstro Imortal”, Arsénio Lourenço Mesquita “Sihanouk” e Ilídio Rangel, figuras de proa da intentona do “27 de maio de 1977”, para dar-lhes um enterro condigno, num ato que mereceu ampla cobertura mediática.

E sendo a realização do luto pelos familiares das vítimas do “27 de maio de 1977” e da violência pós-eleitoral de 1992 uma das linhas de força do Plano de Reconciliação do governo angolano no âmbito da CIVICOP, esta, como resultado do trabalho conjunto da equipa de médicos forenses e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP), conseguiu restituir as ossadas e proceder à entrega dos certificados de óbito de muitas vítimas às respectivas famílias com o fito de pôr fim à dor e o pesar decorrentes do longo luto vivenciado por muitos e dolorosos anos. No dia 15 de novembro de 2023, a

12. Gacaca, que na língua Kinyarwanda significa “Justiça na relva”, é a designação atribuída aos tribunais comunitários, criados para julgar os crimes cometidos durante o genocídio ruandês de 1994, onde milhares de indivíduos da etnia tutsi e hutu moderados foram brutalmente assassinados. A finalidade destes tribunais não era o de vingar as atrocidades cometidas durante aquele trágico evento da história recente ruandesa, mas sim para a reparação e restauração comunitária (REYNTJENS, 1990, apud RETTIG, 2008, p. 30).



CIVICOP homenageou igualmente o general do exército Eduardo Ernesto Gomes “Bakalof”, cujos restos mortais foram entregues à família que deu-lhe o digno sepultamento numa cerimónia que mereceu honras de Estado.

Em todas as cerimónias de entrega das ossadas das vítimas, pelas imagens televisivas, foi possível observar aquilo que o antropólogo Bahu (2020) chama de choro ritual, que claramente teve um efeito purificador para as famílias que viveram um longo e doloroso luto. Realçando a presença do corpo do defunto como uma peça extremamente importante para a operacionalização de todo “xadrez ritualístico” à volta da elaboração do luto em contexto cultural bantu, o antropólogo ora citado assevera que o corpo inerte (cadáver) é o princípio e o fim de toda a conjuntura ritual que se realiza em contexto de luto. E o seu sepultamento, para além de ser o ponto mais alto da concretização ritual, o seu não cumprimento, no quadro da elaboração do luto pode degenerar em mau estar, angústias e receios permanentes.

Para o bantu, refere Bahu (2020), o não enterro ou sepultamento dos defuntos é a pior forma de perenizar a dor e o luto decorrentes da perda de um ente querido. Sem o corpo do defunto, os familiares ficam sem a oportunidade de despedirem-se dos seus entes queridos, e isso naturalmente ocasiona o que o autor designa de amputação ritual do luto. Portanto, visto que o fim último do plano de reconciliação em memória das vítimas dos conflitos políticos angolanos é consolidar o processo de reconciliação em curso no país, por tudo quanto deixou-se dito até aqui, pode-se facilmente perceber a importância da CIVICOP para o alcance deste desiderato; porém, existem muitos desafios a serem ultrapassados e grandes falhas que devem ser urgentemente corrigidas nesse processo para que efetivamente a CIVICOP possa ser um verdadeiro instrumento para curar as “feridas” causadas pela violência dos processos políticos que ocorreram em Angola entre 1975 e 2002.

Infelizmente, um duro golpe à credibilidade da CIVICOP deu-se quando testes independentes de DNA feitos, a posteriori, pelas famílias das vítimas vieram a dar como provado que as referidas ossadas não eram dos seus familiares. Acto contínuo, em mais um exemplo da descridibilidade da CIVICOP, do seu “sequestro” e manipulação ou instrumentalização política, foi evidenciado através de uma outra reportagem da TPA que informava a localização, no dia 3 de agosto de 2023, na Jamba, antigo bastião de Jonas Savimbi, de duas valas comuns com restos mortais de supostos membros da UNITA. A delegação foi encabeçada pelo coordenador da subcomissão de Segurança, Logística e Infraestruturas da CIVICOP, Fernando Garcia Miala, chefe do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE), e integrou técnicos do subgrupo médico forense, localização e inumação e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP).

Ocorre que, nos últimos tempos, a imagem do coordenador da CIVICOP, o atual Ministro da Justiça, Marcy Lopes, tinha sido completamente “invisibilizada”, tendo sido destacada a do chefe do SINSE, general Fernando Garcia Miala, e isto alimentou ainda mais as suspeições lançadas à volta da CIVICOP. A crítica da UNITA, de alguns analistas e estudiosos *outsiders* da política nacional sobre o “sequestro” da CIVICOP tornou-se ainda mais contundente quando a TPA voltou a difundir uma reportagem segundo a qual teriam sido encontradas no município do Cuemba, província do Bié, as ossadas que se presume serem de Ana Isabel Paulino Polipossa (mais conhecida por Ana Savimbi), uma das esposas do líder fundador da UNITA, bem como dos generais Altino Bango Sapalalo “Bock”, António Perestelo Moura “Perestelo”, Armando Júlio “Tarzan”



e Antero Vieira, figuras históricas da UNITA, mortos a mando de Savimbi¹³.

A reação da UNITA não se fez demorar, pois, de acordo com uma nota do Secretariado Executivo do Comité Executivo daquele partido, a forma como a CIVICOP exibiu as ossadas de algumas vítimas dos processos internos do partido constitui um autêntico desrespeito pelas famílias, valores e tradições africanas. Esta contestação foi endossada pelo atual presidente da UNITA, o Eng.º Adalberto Costa Júnior, que numa recente conferência de imprensa teceu duras críticas sobre a vigência de uma narrativa fragmentada, parcial, unívoca e tendenciosa da História de Angola, e designou de “golpe de teatro” as últimas ações da CIVICOP, onde o seu coordenador foi substituído pelo chefe do Serviço de Inteligência (do regime do MPLA), que, segundo disse, usa abusivamente o nome da Comissão para, através da TPA, expor publicamente os passivos da UNITA.

Prosseguindo, o líder dos “Kwatcha” questionou se, efetivamente, em nome de toda verdade, o Governo pretende

exibir na TPA imagens de milhares de valas comuns espalhadas por todo país, vítimas dos fuzilamentos públicos, nos arrepiantes paredões, assim como dos milhares de mortos do 27 de maio de 1977, do genocídio político e tribalista pós-eleitoral de 1992, da Sexta-feira sangrenta de 1993, das mortes que continuaram a correr após a paz, como as do Monte Sumi, de Cafunfo, dos fuzilamentos públicos nas manifestações.¹⁴

Ora, tendo em linha de conta o péssimo trabalho que a mídia angolana, particularmente a estatal, tem realizado nos últimos dias em relação ao trabalho da CIVICOP, vale revisitar a interessante reflexão intitulada “O papel da mídia no conflito e na construção da democracia”, publicada há quase vinte anos na obra coletiva coordenada por Guus Meijer, onde as palavras

do jornalista e analista político Ismael Mateus (2004, p. 62) ecoam no presente com arrepiante atualidade em face do que está ocorrendo em Angola, quando este asseverou que:

Os órgãos de comunicação social em Angola enfrentam hoje o enorme desafio de se transformarem numa força que trabalha em benefício da democracia e da reconciliação, depois de décadas sendo vistos basicamente como instrumentos de luta político-ideológica e de combate aos inimigos militares. (MATEUS, 2004, p. 62).

Efetivamente, ao longo dos vários processos políticos ocorridos em Angola, já mesmo antes de 1975, quando o país conquistava a sua independência, a mídia estatal sempre pautou-se por uma atuação parcial, constituindo-se num veículo de propaganda político-partidária, “arma” de arremesso contra o inimigo habitual e canal de desinformação das populações, pois na ótica de Mateus:

Uma das facetas mais visíveis do engajamento político dos órgãos de comunicação social foi a linguagem. A Agência de Notícias (Angop), o Jornal de Angola, a Rádio Nacional de Angola e a Televisão Pública de Angola tornaram-se em portavozes da retórica política e da agressividade militar contra o inimigo. A instrumentalização político-militar dos órgãos foi a lógica dominante nos 16 anos que se seguiram à independência. (MATEUS, 2004, p. 62-63).

Portanto, transcorridas várias décadas, a mídia estatal continua a fazer jus ao seu carácter serventil e instrumental contra os adversários políticos do partido do governo, o MPLA, e no contexto da CIVICOP, tornou-se num autêntico “tribunal” para julgamento público e parcial da UNITA, principalmente do seu líder fundador, Jonas Malheiro Savimbi. E como se não bastassem os vários “espetáculos de horrores” que a TPA tem vindo a oferecer ostensiva e ofensivamente aos angolanos no quadro do trabalho que está a ser realizado pela CIVICOP, apesar das críticas que tem sido feitas pela UNITA e por alguns sectores da sociedade civil angolana, uma

13. Disponível em: <https://novojornal.co.ao>. Acesso em: 7 Nov. 2023.

14. Disponível em: <https://novojornal.co.ao>. Acesso em: 19 Out. 2023.



extensa reportagem de mais de meia hora exibida pela TPA no dia 12 de dezembro de 2023, que começou e terminou com rasgados elogios ao Presidente angolano, João Lourenço, protagonizada pelo jornalista Cabingano Manuel, constituiu-se na “gota de água” que fez jorrar de vez o “copo da paciência” da UNITA, levando o seu presidente a comunicar no dia 21 de dezembro de 2023 a saída do maior partido da oposição em Angola, da CIVICOP¹⁵.

A aludida reportagem, feita numa linguagem parcial, marcadamente hostil e condenatória, fazia referência aos achados dos supostos restos mortais das esposas e filhos de dois altos dirigentes da UNITA. Trata-se de Pedro Ngueve Jonatão Chingunji, mais conhecido por “Tito Chingunji”, que terá sido assassinado aos 35 anos, em 1991, e de Fernando Wilson Fernandes dos Santos, que foi morto, igualmente, em 1991, aos 39 anos, ambos supostamente a mando de Jonas Savimbi. Em algum momento da reportagem, o jornalista afirma que os restos mortais destes altos dirigentes da UNITA foram queimados e triturados, daí que:

(...) para tristeza de todos não será possível a entrega dos restos mortais de Tito Chingunji e Wilson dos Santos. É o fim inesperado de uma história que se pretendia escrita com outro final. Agora resta apenas o conforto de ver os nomes inscritos no futuro memorial que pretende homenagear todas as vítimas dos conflitos políticos do país. (TPA, 2023)¹⁶.

Em reação àquela reportagem, o jornalista e analista político angolano José Gama assevera que, nos conflitos políticos ocorridos em Angola entre 1975 a 2002,

15. O nosso partido declina a sua participação neste organismo, por ele permanecer refém dos interesses espúrios do regime, como temos observado em diversos eventos e situações ocorridos ultimamente, não servindo assim para os fins que presidiram a sua criação: os da reconciliação nacional e da pacificação dos espíritos em Angola”, disse o presidente do principal partido da oposição em conferência de imprensa nesta quinta-feira, 21, em Luanda. Disponível em: <https://www.voaportugues.com>. Acesso: 22 dez. 2023.

16. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egwutMEPgVA&t=3051s>. Acesso: 20 dez. 2023.

tiveram essencialmente três implicados, nomeadamente a FNLA, MPLA e a UNITA, sendo que o primeiro “desapareceu” do teatro militar em 1975. Portanto, o que vigora na CIVICOP é uma clara agenda de desacreditação da UNITA, pois a TPA, ao passar reportagens sobre o trabalho da CIVICOP, quando o assunto é sobre os passivos históricos do MPLA, não são identificados mandatários dos assassinatos ocorridos, nem divulgados os lugares onde os restos mortais foram encontrados. No entanto, quando as ossadas são de vítimas da UNITA, a TPA é peremptória em narrar ao detalhe a cena do crime, as identidades, idades, peças de vestuário e outros objetos das vítimas, inclusive sempre atribuindo a sua autoria a Jonas Savimbi, o líder da UNITA (GAMA, 2023).

Diante deste cenário, em tom de apelo, Kamwenho avança que:

Angola dos nossos dias clama por uma nova cultura política que vai ao encontro dos anseios mais profundos de todos os filhos e filhas desta terra. Isto requer uma dinâmica vontade política aberta à dignidade da pessoa humana, à liberdade e à felicidade do povo, sincera abertura ao convívio pluripartidário e humilde disponibilidade para a alternância. A manutenção do poder jamais servirá de justificativa para o que temos vindo a observar em Angola, no âmbito dos trabalhos da CIVICOP. (KAMWENHO, 2023, p. 22).

Sucede que, o que se constata hoje em Angola, no âmbito da CIVICOP, é prova bastante de que o atual presidente angolano nunca esteve à altura da missão que voluntariamente outorgou-se quando assumiu a chefia do Estado em 2017, essencialmente de ser um grande reformador e levar o país à verdadeira reconciliação. Santos (2019, p. 202), citando um provérbio chinês, assevera que “se o homem errado usar o meio certo, o meio certo funcionará da forma errada”. Ora, é exatamente isso que ocorre com a CIVICOP. Ela foi concebida como o meio certo para a consolidação da paz e verdadeira reconciliação entre os angolanos, mas infelizmente foi entregue às mãos de homens errados.



Finalmente, Kamwenho (2023, p. 22) é incisivo em advertir que “a História é mestra da vida, mas é para quem quer aprender”. E o que vem acontecendo em Angola parece prova irrefutável de que os angolanos não querem aprender com o seu passado. E como disse sabiamente o então Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queirós, no ato de apresentação pública do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos conflitos políticos angolanos, o tempo é de perdoar e reparar os erros do passado. O momento é também de mudança de comportamentos e atitudes. Chega de erros políticos e trágicos. Chega de atos de irresponsabilidade política que podem redundar em violência e provocar sofrimento ao nosso povo. Chega de fazer política com ódio movido por egoísmo monocromático.

Considerações finais

À guisa de considerações finais, vale salientar que o principal objetivo deste artigo foi analisar o papel da CIVICOP na materialização das políticas de reconciliação nacional traçadas pelo Estado angolano no quadro do fortalecimento da paz e unidade nacional entre todos os angolanos. Assim, é de toda evidência que os objetivos que estiveram na base da criação desta Comissão são indubitavelmente nobres; no entanto, nos últimos dias, esta acabou politicamente sequestrada e à mercê da instrumentalização dos Órgãos de Defesa e Segurança do Estado, controlados pelo MPLA, cuja interferência tem sido apontada como um dos principais fatores de constrangimento para a concretização do Plano de Reconciliação Nacional em Homenagem às Vítimas dos Conflitos Políticos ocorridos em Angola entre 1975, data da proclamação da independência, e 2002, ano em que foi alcançada a paz política.

De fato, os objetivos que estiveram na base da criação da CIVICOP estavam bastante claros e visavam essencialmente políticas de reparação que permitissem uma verdadeira reconciliação entre os an-

golanos. A UNITA prontamente apoiou o plano e integrou a referida Comissão. A sociedade angolana manifestou grande satisfação pela criação da CIVICOP, tornando-a depositária das expectativas de uma Angola que se deseja verdadeiramente reconciliada. No entanto, infelizmente, as expectativas depositadas em relação ao referido plano de reconciliação acabaram frustradas quando os nobres objetivos da CIVICOP foram subvertidos, e esta acabou transformada em arma de arremesso e aniquilamento político, plataforma de “julgamento” público e de “assassinato” de carácter e da imagem de adversários políticos transformados em inimigos a “abater”.

Contudo, apesar de as aludidas interferências comprometerem gravemente a eficácia deste processo, conforme reivindicações de algumas organizações da sociedade civil, como a Associação 27 de Maio, alguns partidos políticos, principalmente a UNITA, que acabou por se retirar da CIVICOP, *opinion makers* e alguns familiares das vítimas dos assassinatos de 27 de maio de 1977 e da violência pós-eleitoral de 1992, o mérito da sua criação é incontestável, pois, como diz a historiadora francesa Gagnebin (2006) no seu empolgante livro intitulado *Lembrar, Escrever, Esquecer*, a CIVICOP, apesar de ser chamada a cumprir uma tarefa altamente política, cumpre igualmente uma tarefa ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica, que objetiva curar as “feridas abertas” deixadas pela violência dos processos do passado, visando essencialmente lutar contra o esquecimento e a denegação, manter viva a memória dos sem-nome, dar dignidade aos mortos que não puderam ser sepultados e contribuir na interiorização dos valores da paz entre os angolanos, para que jamais se repitam os horrores da guerra.

E visto que a vontade e honestidade políticas, a ética republicana, a sensibilidade ao contexto, boa leitura do tempo político e o bom senso da parte de quem lidera este processo são imprescindíveis para o forjar de uma nova trama memorialística que sustente uma narrativa que vai



na contramão das práticas de apagamento ou silenciamento, e da alienação de acontecimentos e pessoas que residiam nas franjas do esquecimento, então pode-se efetivamente dizer que, no limite, o Estado angolano, que tem à cabeça o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, tem pela frente um longo e desafiador caminho a percorrer no que tange à verdadeira reconciliação nacional, cujo primeiro passo consiste em resgatar a confiança dos cidadãos e da sociedade civil em relação aos nobres objetivos iniciais da CIVICOP, permitindo que esta realize livremente as suas tarefas longe de todo tipo de controle e alienação.

Referências

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. **O 27 de Maio de 1977 em Angola, em torno de um silenciamento, lugares e deveres de memória.** Afros & Amazônicos, Porto Velho. v. 1, n. 3, p. 63-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br>. Acesso em: 4 de out. 2023.

ANTÓNIO, Xavier. (2021, 26 de Maio). **João Lourenço pede desculpas às vítimas dos conflitos políticos em Angola.** *Jornal de Angola*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BAHU, Helder Alicerces. **Choro ritual: um símbolo purificador em contexto angolano.** Bahia: Revista ÁFRICA[S]- Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, v. 7, n. 13, 2020. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/9404>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CLUB-K.NET. **Livro “Heroínas da Dignidade” homenageia mulheres queimadas vivas na Jamba.** Luanda, 27 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.club-k.net/index.php>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **As implicações da descolonização de Angola no conflito pós-independência**, In. BRAVO, M.E. (Coord.). *Angola: a transição para a*

paz, reconciliação e desenvolvimento. Lisboa: Hugin, p. 31-54, 1996.

ENDERS, Armelle. **História da África lusófona** (M. M. Lemos, Trad.). Lisboa: Editorial Inquérito. (Obra original publicada em 1994). 1997, p. 153.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GUEBE, António. **Educação escolar e educação tradicional: Caminhos divergentes e convergentes.** Luanda: Mayamba Editora, 2019.

GUEDES, Armando Marques. **O estudo dos sistemas jurídicos africanos: Estado, sociedade, direito e poder.** Lisboa: Almedina, 2004.

KAMWENHO, Zacarias. **Acreditei, por isso falei:** Revisitando o prémio Sakharov-2001. Luanda: Paulinas Editoras, 2023.

LUAMBA, Manuel. (2021, 26 de Maio). **Angola: João Lourenço pede desculpas pelo 27 de Maio.** Disponível em: *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MAIER, Karl. **Angola: Promises and lies.** Rivonia: William Waterman Publications, 1996.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: O 27 de Maio de 1977 em Angola* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense-UFF]. Repositório da UFF, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1571.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MATEUS, Ismael. O papel da mídia no conflito e na construção da democracia. In G. Meijer (Coord.). **Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano.** Londres: Conciliation Resources, 2004. p. 62-63. Disponível em: https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/accord15_Port.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

MBAH, Jean Martial Arsene. Tradução de António Setas. **As rivalidades políticas entre a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) e o Movimento de**



Libertação Nacional de Angola (MPLA) [1961-1975]. Luanda: Mayamba, 2010.

MONTEIRO, Carlinda. Paz e reconciliação. In G. Meijer (Coord.). **Da paz militar à justiça social?** O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, 2004. p. 66. Disponível em: https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/accord15_Port.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

MUEKALIA, Jardo. **Angola, a segunda revolução.** Memórias da luta pela democracia. Rio de Janeiro: Sextante Editora, 2010.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 106, p. 177-188, 2015. Disponível em: <http://nccs.reveus.org/5949>. Acesso em: 16 nov. 2022.

RAMOS, Justino da Glória. **Angola pelos caminhos da paz: Guerra e diplomacia (1975-2002).** Mayamba Editora, 2018.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história depois dos regressos: a Europa e os fantasmas pós-coloniais.** CONFLUENZE- Revista Di Studi Iberoamericana, Bologna, v. xii, n. 2, p. 74-95, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12169>. Acesso em: 18 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

-----//-----

Abstract: After gaining independence in 1975, Angola was plunged into a 27-year civil war marked by violent events such as the “May 27, 1977” massacre and the post-electoral killings of 1992, which left “open wounds” in Angolan society. With the end of the war in 2002, the country has been navigating a challenging path toward national reconstruction and reconciliation. In 2019, the current Angolan president, João Lourenço, motivated by what he termed a political and civic imperative of the State, created the Commission for the Implementation of the Reconciliation Plan in Memory of the Victims of Political Conflicts (CIVICOP) to promote reparative policies and ensure the spiritual peace of society in the face

of past traumatic events. This article aimed to analyze whether CIVICOP’s actions are aligned with its noble objectives of fostering reconciliation among Angolans. However, the research revealed that the Commission’s actions have been marred by serious irregularities, such as political instrumentalization and interference from security agencies controlled by the ruling party, which undermine the effectiveness of the reconciliation process. The methodology used was based on unstructured observation and bibliographic review, highlighting the need to restore CIVICOP’s credibility so that it can effectively fulfill its role in healing Angola’s historical wounds.

Keywords: National reconciliation; Memory of victims; Reparative policies; Peace; CIVICOP.

Resumen: Tras alcanzar la independencia en 1975, Angola se sumergió en una guerra civil de veintisiete años, marcada por eventos violentos como la masacre del “27 de mayo de 1977” y los asesinatos postelectorales de 1992, que dejaron “heridas abiertas” en la sociedad angolana. Con el fin de la guerra en 2002, el país ha estado recorriendo un camino desafiante hacia la reconstrucción y la reconciliación nacional. En 2019, el actual presidente de Angola, João Lourenço, motivado por lo que denominó un imperativo político y cívico del Estado, creó la Comisión para la Implementación del Plan de Reconciliación en Memoria de las Víctimas de los Conflictos Políticos (CIVICOP), con el objetivo de promover políticas reparadoras y asegurar la paz espiritual de la sociedad frente a los eventos traumáticos del pasado. Este artículo buscó analizar si las acciones de la CIVICOP están alineadas con sus nobles objetivos de fomentar la reconciliación entre los angoleños. Sin embargo, la investigación reveló que las acciones de la Comisión han estado marcadas por graves irregularidades, como la instrumentalización política y la interferencia de agencias de seguridad controladas por el partido en el poder, lo que compromete la efectividad del proceso de reconciliación. La metodología utilizada se basó en la observación no estructurada y la revisión bibliográfica, destacando la necesidad de restaurar la credibilidad de la CIVICOP para que pueda cumplir efectivamente su papel en la curación de las heridas históricas de Angola.

Palabras clave: Reconciliación nacional; Memoria de las víctimas; Políticas reparadoras; Paz; CIVICOP.

*Recebido em: 08 de janeiro de 2024.
Aceito em: 13 de novembro de 2024.*